



Lince Soluções e Negociações
Razão Social: 56100765 Juliana da Silva Bischoff
CNPJ: 56.100.765/0001-58 Inscrição Estadual nº:8003768606
Rua: Maria Olinda Telles 900/ 96 - Novo Hamburgo/RS
E-mail:contato.lincesolucoes@gmail.com Fone: 51-99460-4353

DECLARAÇÃO DE EMPRESA OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL

Ilmo. Sr. LUCIANO DE BARROS FARO, 56100765 JULIANA DA SILVA BISCHOFF, com sede RUA MARIA OLINDA TELLES 900 CANUDOS - NOVO HAMBURGO/RS, inscrita no CNPJ sob o nº 56100765000158. DECLARA à GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, para fins de não incidência na fonte do Imposto de Renda, a que se refere o art. 64 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, bem como, à Instrução Normativa (indicar a IN do Estado), que é regularmente inscrita no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional, de que trata o art. 12 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. Para esse efeito, a declarante informa que: I - preenche os seguintes requisitos:

- a) conserva em boa ordem, pelo prazo de 5 (cinco) anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovam a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem como a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial; e
- b) cumpre as obrigações acessórias a que está sujeita, em conformidade com a legislação pertinente;

II - o signatário é representante legal desta empresa, assumindo o compromisso de informar à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à pessoa jurídica pagadora, imediatamente, eventual desenquadramento da presente situação e está ciente de que a falsidade na prestação dessas informações, sem prejuízo do disposto no art. 32 da Lei nº 9.430, de 1996, o sujeitará, com as demais pessoas que para ela concorrem, às penalidades previstas na legislação criminal e tributária, relativas à falsidade ideológica (art. 299 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal) e ao crime contra a ordem tributária (art. 1º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990).